



MIDAS

Museus e estudos interdisciplinares

12 | 2020

Varia

Alexandre Oliveira – *Herança de António Ferro. O Museu de Arte Popular*

Maria Alice Samara



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/midas/2332>

DOI: 10.4000/midas.2332

ISSN: 2182-9543

Editora:

Alice Semedo, Paulo Simões Rodrigues, Pedro Casaleiro, Raquel Henriques da Silva, Ana Carvalho

Refêrencia eletrónica

Maria Alice Samara, «Alexandre Oliveira – *Herança de António Ferro. O Museu de Arte Popular*», *MIDAS* [Online], 12 | 2020, posto online no dia 14 novembro 2020, consultado no dia 06 fevereiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/midas/2332> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/midas.2332>

Este documento foi criado de forma automática no dia 6 fevereiro 2021.



Midas is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 International License

Alexandre Oliveira – Herança de António Ferro. O Museu de Arte Popular

Maria Alice Samara

REFERÊNCIA

Oliveira, Alexandre. 2019. *Herança de António Ferro. O Museu de Arte Popular*. Vol. 15. Coleção Estudos de Museus. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural. 257 páginas, ISBN: 978-989-658-592-1.

- 1 O livro agora publicado nasceu de uma tese de doutoramento em Antropologia, defendida em 2018 (“«O Fecho da Abóboda»: O Museu de Arte Popular e a Ação do Secretariado de Propaganda Nacional”). Nesta obra, dada à estampa numa parceria entre a Direção-Geral do Património Cultural e a editora Caleidoscópio, o autor, Alexandre Oliveira, conduz-nos num percurso diacrónico que nos permite conhecer o contexto da conceção do Museu de Arte Popular (MAP), a genealogia e os processos de construção de uma ideia. De igual modo, acompanhamos a história do MAP dos primeiros tempos, no pós II Guerra Mundial, em 1948, até à atualidade, ao ciclo de «encerramento e reabertura (2007-2019)». Desta forma, e tal como é referido pelo próprio autor quando elenca os objetivos do seu estudo, a obra constitui-se como uma pertinente e significativa contribuição para o conhecimento desta instituição.
- 2 Alexandre Oliveira, doutorado em Antropologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, colaborou durante 18 anos com o Museu Nacional de Etnologia, integrando a equipa de trabalho «destinada à limpeza, inventário, acondicionamento e transporte das coleções do Museu de Arte Popular» (p. 8) para o Museu Nacional de Etnologia. O conhecimento pessoal aliou-se à pesquisa, em vários arquivos, de entre os quais o do próprio MAP ou ainda diferentes espólios e fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Partindo do princípio de que o trabalho tem por enquadramento a Antropologia, o autor utiliza ferramentas concetuais de diferentes ciências sociais. Uma palavra para a cronologia no final desta

obra, que enquadra o período de existência do MAP em articulação com a ação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), acontecimentos da história e a etnografia portuguesas.

- 3 O livro, além da introdução e da conclusão, estrutura-se em quatro capítulos: «As Origens do Museu»; «As Iniciativas Folcloristas e Etnográficas do Secretariado»; «A Construção do Museu»; e, finalmente, «Um Museu à Beira Tejo». Este último capítulo, subdividido em cinco subcapítulos, organiza-se em torno das figuras chave do MAP, a saber: Francisco Lage, Manuel de Melo Correia e Madalena Cagigal e Silva, Maria Helena Coimbra e Elisabeth Cabral. O último subcapítulo centra-se nos anos de 2007 a 2019. A tese contemplava apenas esta dinâmica até 2012, pelo que o livro agora publicado apresenta uma atualização importante.
- 4 Os três primeiros capítulos constituem-se como a parte mais substancial da obra. Ao apresentar as origens do MAP, e fazendo jus ao título – o museu como herança –, estas entretencem-se com António Ferro (1898-1956) e o SPN. A análise biográfica de António Ferro, permite-nos ficar a conhecer o seu percurso intelectual, até à criação do SPN – que deve ser entendido como parte de um sistema de propaganda e de inculcação do regime ditatorial português.
- 5 No segundo capítulo, a análise das iniciativas folcloristas e etnográficas do SPN permite-nos conhecer tanto os caminhos seguidos, como os truncados. Tomemos como exemplo, o próprio nome do Museu. O próprio Fernando Lage, em 1942 «descartou o título de *Museu de Arte Popular* para lhe dar um título mais abrangente e adequado ao seu projeto», ou seja, Museu do Povo Português.
- 6 No terceiro capítulo acompanhamos o processo de construção até à inauguração de 1948, segundo o autor, a última realização de António Ferro à frente do SPN, o tal *fecho da abóboda*. A descrição das salas, pontuada, aliás, com algumas imagens, traz ao leitor a possibilidade de perceber o discurso expositivo, de um Museu que privilegiava a arte popular decorativa. A dedicatória à entrada «Ao Povo Português – Autor deste Museu» convoca o leitor para uma reflexão sobre que povo se queria ali representar/mostrar e ao reconhecimento de que era o povo rural que se constituía como modelo. Fernando Rosas (2012) escreveu sobre os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo. De entre os sete apresentados, é importante surpreender o “mito da ruralidade”, ou seja, «Portugal seria um país rural, uma ruralidade tradicional tida como uma característica e uma virtude específicas, de onde se bebiam as verdadeiras qualidades da “raça” e onde se temperava o ser nacional» (p. 324). Mas trata-se de um mundo idealizado, como se pode confrontar com a visão dos intelectuais neorrealistas ou ainda com outras fontes históricas que nos devolvem a dureza desse país.
- 7 Ainda que constituído como o «autor», na verdade o MAP não erige este povo a sujeito político autónomo – talvez o uso de miniaturas (discussão mais vasta e já analisada, aliás, por Vera Marques Alves) na exposição seja a imagem deste desejo de controlo e disciplina. Ou recorrendo ainda a Vera Marques Alves (2007):

Desde logo, a figura do camponês-esteta, infantilizado e retratado como figura de presépio, fornecia ao regime de Salazar uma visão ternurenta e pacificada da nação (um país de contos de fadas), e um modelo ideal de povo – avesso a lutas sociais, desinteressado dos assuntos políticos, mas também dos aspectos materiais da existência. (p. 85)
- 8 Como refere o autor, explicando que o MAP não é, em rigor, nem um museu etnográfico, nem um museu de arte:

Foi criado na linha do que Tony Bennett definiu como uma instituição contraditória: um templo elitista para as artes destinado à contemplação das classes altas e, simultaneamente, um instrumento utilitário para a formação e disciplina das classes populares. (p. 226)

- 9 Mas, e saltando para uma parte do quarto capítulo, aqueles que, depois da Revolução de 1974 se organizam no Mercado do Povo e se mantiveram no espaço à revelia dos organismos oficiais são, eles sim, sujeitos políticos.
- 10 O quarto capítulo intitula-se «Um Museu à Beira Tejo». Herdeiro do espaço físico e simbólico da Exposição do Mundo Português de 1940, exemplo maior da “política do espírito”, Belém ainda que longe da dinâmica urbana quotidiana da cidade de Lisboa, era um local simbólico. O MAP pode ser integrado numa rede de significados mais vasta, que inclui o povo, tal como era visto no Estado Novo, no espaço que comemora as glórias do Império e a grandeza dos “Descobrimentos”. É, como já referiu Ellen W. Sapega (2008), um lugar onde se entrecruzam nacionalismo e comemoracionismo.
- 11 Pensado como uma “etnografia histórica” (p. 15), este capítulo, apresenta-nos a ação de diretores e conservadores, a dinâmica com a tutela, o desenvolvimento e todas as dificuldades deste projeto, nomeadamente as que se relacionam com dotação orçamental – parecendo tentador considerá-las como uma constante aplicável a vários casos da vida nacional. De alguma forma, o MAP teve um percurso complicado. O autor refere «uma decadência que se inicia pouco depois da sua inauguração» (p. 165). Mas se se surpreendem as dificuldades, não está ausente desta obra a enunciação e a explicação das propostas de e planos para a reabilitação do MAP.
- 12 Ao analisar o contexto do debate contemporâneo em torno do destino a dar ao MAP, no final do quarto capítulo, o autor, salientando trabalhos de João Leal (e também um texto de 2007, em parceria com Raquel Henriques da Silva), faz referência à ideia do «museu enquanto *lugar de memória* da etnografia portuguesa da primeira metade do século XX e da sua utilização pelo Secretariado para propaganda» (p. 217). Assim, o MAP «deveria ser um *museu de si-próprio*, com um percurso expositivo que explicasse criticamente a sua história» (p. 217). É partindo destas duas ideias – museu enquanto lugar de memória e um museu de si-próprio – que gostaria de articular uma reflexão final, motivada também pela leitura deste livro. O que é válido para o MAP é, creio, extensível à forma como pensamos outros museus: são também o lugar do debate, da análise, da partilha e da possibilidade do dissenso. Os diferentes agentes que pensam e que têm um papel no museu podem olhar para dentro, questionando as narrativas, pensando as questões de género, descolonizar-se, contrariar invisibilidades. Porque a forma como o museu se constrói também nos permite conhecer o que mostrar/expor/contar e o que ficou na penumbra, ou mesmo relegado para o esquecimento.
- 13 Este livro constitui-se assim como uma importante contribuição para que se pense o MAP. E termina exatamente, na conclusão, com a questão do futuro. A reflexão a que a leitura desta obra nos induz permite-nos trilhar múltiplos caminhos das relações com a política do Estado Novo, com a etnografia portuguesa, com a propaganda, com o funcionamento de um museu, com o seu passado, mas também, enfim, com as diferentes possibilidades de porvir.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Vera Marques. 2007. “A Poesia dos Simples’: Arte Popular e Nação no Estado Novo.” *Etnográfica* 11 (1): 63-89.

Rosas, Fernando. 2012. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.

Sapega, Ellen W. 2008. “Remembering the Empire/Forgetting the Colonies. Accretions of Memory and the Limits of Commemoration in a Lisbon Neighborhood.” *History & Memory* 20 (2): 18-38.

AUTORES

MARIA ALICE SAMARA

Instituto de História Contemporânea (IHC), Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, alice.samara@gmail.com